

Quem controla os números?

Cooperação é única chance de contornar os perigos que a tecnologia de inteligência artificial aplicada à segurança pública e ao sistema de justiça criminal oferece à sociedade



Catarina Correia

6 de outubro de 2021

O uso de ferramentas de *machine learning* no sistema de segurança pública não é um tema simples. Oferece riscos – grandes riscos. O acelerado desenvolvimento tecnológico traz a ilusão de que a humanidade, em algum momento, poderá resolver todos os seus problemas: criar uma economia sustentável, acabar com a miséria, oferecer oportunidades equânimes para todos, superar o racismo e até mesmo vencer a morte.

Mas, não, isso não acontecerá. E podemos afirmar sem muita chance de errar porque, não havendo evolução moral, a tecnologia só potencializa a capacidade de fazer o bem e o mal.

A evolução (no sentido puramente temporal) dos padrões de comportamento humano mostra que todas as paixões que moviam os antigos continuam a nos habitar. Porém, não sou pessimista.

Não evoluirmos moralmente não é a mesma coisa que a moral não ter um papel importante em nosso futuro.

Joshua Greene, professor e diretor do Laboratório de Cognição Moral do Departamento de Psicologia de Harvard, em *Moral Tribes* (Penguin Books, 2013), explica que a moralidade é uma vantagem competitiva no que tange à evolução natural. O trabalho em equipe (cooperação e todos os desafios de se relacionar e depender de outras pessoas) aumenta a probabilidade de sobrevivência.

A cooperação revela-se a nossa única chance de contornar os perigos que a tecnologia de inteligência artificial aplicada à segurança pública e ao sistema de justiça criminal oferece à sociedade - sobretudo aos grupos vulneráveis – na projeção de vieses discriminatórios.

Do ponto de vista global, a certeza de que alguns *players* não sofrerão com amarras éticas no desenvolvimento de tecnologias questionáveis será contrabalanceada pelas sociedades abertas (no sentido popperiano). Nelas, seremos capazes de trazer ao debate público – forma de cooperação por excelência das democracias – a discussão sobre a melhor forma de implementação de técnicas de proteção de direitos fundamentais.

O papel do debate público no momento em que vivemos (de desenvolvimento de tecnologias disruptivas) é crucial. Cada vez mais, aumenta o abismo entre uma pequena elite que domina essas novas ferramentas e o resto.

E o resto somos nós, os 99,99% da sociedade que são apenas números neste grande parque de diversões de bilionários brincando de construir um mundo novo, baseado em um nível de controle nunca imaginado.

Sistemas algorítmicos por *big data* vem sendo adotados em um número crescente de contextos. Filtram, classificam, recomendam e personalizam, moldam a experiência humana, ao tomar ou informar decisões com grande impacto no acesso a crédito, seguro, serviços de saúde, liberdade condicional, previdência social, imigração... Embora esses sistemas apresentem benefícios, eles também oferecem riscos inerentes, como preconceitos de codificação, redução da responsabilidade, obstaculização do devido processo; aumento da assimetria de informação entre indivíduos cujos dados alimentam esses sistemas e grandes *players* capazes de inferir informações potencialmente relevantes.

Como um colega de universidade salientou, devemos entender que a construção desses sistemas é unilateral, preocupa-se com um determinado tipo de eficiência e prioriza determinados valores, em regra reprodutores do passado. Ou seja, não se trata de melhorar processos (em um sentido deontológico), mas sobre automatizá-los com ganhos de eficiência e escala (num sentido puramente utilitarista). Ele concluiu que “a onda de automatização que estamos vendo simplesmente varre pra debaixo do algoritmo todos os problemas profundos de um sistema quebrado, com o adicional de desresponsabilizar os sujeitos pelas tomadas de decisão e pelas consequências”.

Tudo o que está sendo feito neste momento, sem nenhum controle, às vezes com apoio ingênuo do Estado, instrumentaliza poder. A microelite – que detém tais ferramentas tecnológicas, acumula recursos em escala inédita na história da humanidade e acredita saber o que é melhor para todos – beneficia-se da complacência dos poucos que entendem ou suspeitam o que está a se construir.

O debate público sério sobre essas questões – que dizem respeito a qual tipo de vida deixaremos como legado para as próximas gerações – deve ser fomentado com a participação de todos, inclusive daqueles que talvez sejam desaparelhados para entender a dimensão do problema, mas que fatalmente sofrerão as consequências das escolhas feitas.

Porque só subsiste democracia com controle público.

Só existe controle com transparência.

E só há transparência com conhecimento e acesso.

Não é um caminho fácil. Precisamos nos aparelhar para confrontar aqueles que estão construindo a infraestrutura de um novo mundo.

Felizmente, há cientistas, em todo mundo, tentando decifrar o enigma que se coloca à nossa frente. Cito a [ACM FAccT \(facctconference.org\)](https://www.facctconference.org), uma conferência interdisciplinar dedicada a reunir uma comunidade diversificada de acadêmicos da ciência da computação, direito, ciências sociais e humanas, com o objetivo de investigar e resolver questões nessa área.

Os desafios não se limitam a soluções tecnológicas relacionadas ao problema da reprodução de *potential bias* por parte de sistemas. Incluem entender se algumas decisões devem ser terceirizadas para sistemas de computação orientados por dados e códigos.

Catarina Correia

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/c64zxamhr8>

